

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército
Fábrica de Juiz de fora – Filial Nr 2

TERMO DE REFERÊNCIA
Nº 001/2026 – GINOVA/FJF

(RC GINOVA/FJF Nº 006/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

FÁBRICA DE JUIZ DE FORA

(RC GINOVA/FJF Nº 006/2026)

1. OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 50 recargas para cilindros de Gás Liquefeito De Petróleo GLP, sendo 25 cilindros P45 e 25 cilindros P20, além de 01 vasilhame de cilindro P45 e 1 vasilhame de cilindro P20 para a utilização nas caldeiras e na empilhadeira na Nova Planta De Carregamento (NPC).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** O objeto deste TR tem o objetivo de SUPRIR A DEMANDA DE GÁS UTILIZADO NAS CALDEIRAS E NA EMPILHADEIRA visando atender à necessidade de aquisição de combustível para a partida do queimador das caldeiras e suprir o carência de combustível para o motor da empilhadeira, ambos para a Nova Planta de Carregamento (NPC) da IMBEL/FJF. Este equipamento é de suma importância para a geração de vapor, utilizado em diversos processos na Nova Planta de Carregamento e para o transporte e organização dos materiais no auxílio de máquinas e equipamentos da Nova Planta de Carregamento (NPC), sendo um ativo crítico para a continuidade das operações da planta. A aquisição do gás é fundamental para as etapas de Montagem Industrial e Comissionamento da NPC.

3. VALOR ESTIMATIVO

- 3.1.** O valor estimado é de R\$ 16.907,75 (Dezesseis mil e novecentos e sete e setenta e cinco centavos), conforme tabela resumo abaixo:

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

Item	Descrição	CATMAT	Unidade	QTDE	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	Gás liquefeito de petróleo GLP - P45	335429	Botijão (recarga)	25	R\$ 420,67	R\$ 10.516,75
2	Vasilhame de Botijão P45	270735	Botijão (vasilhame)	1	R\$ 740,00	R\$ 740,00
3	Gás liquefeito de petróleo GLP - P20	461651	Botijão (recarga)	25	R\$ 200,34	R\$ 5.008,50
4	Vasilhame de Botijão P20	363252	Botijão (vasilhame)	1	R\$ 642,50	R\$ 642,50

4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

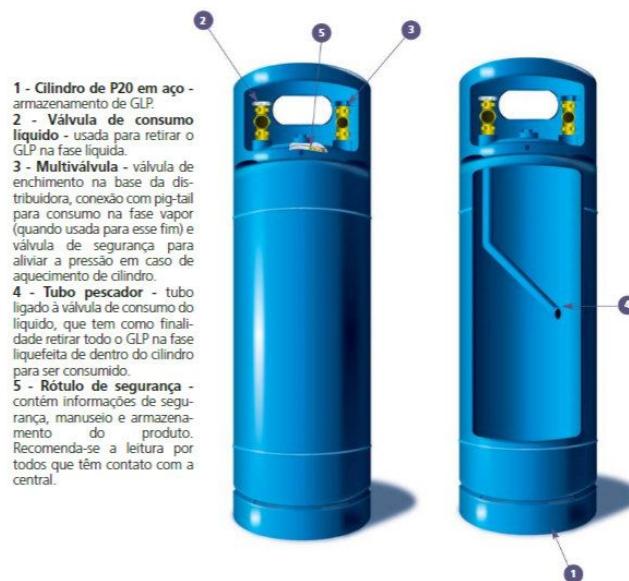
4.1. Os produtos devem atender as seguintes características:

- Cilindro de P45 em aço – armazenamento de GLP;
 - O produto deve atender a imagem abaixo:

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”



- Cilindro de P20 em aço – armazenamento de GLP;
 - O produto deve atender a imagem abaixo:



- Válvula de consumo líquido – usada para retirar o GLP na fase líquida;
- Multiválvula – válvula de enchimento na base da distribuidora, conexão com pig-tail para consumo na fase vapor (quando usada para esse fim) e válvula de segurança para aliviar a pressão em caso de aquecimento do cilindro;
- Tubo pescador – tubo ligado à válvula de consumo do líquido, que tem como finalidade retirar todo o GLP na fase liquefeita de dentro do cilindro para ser consumido;

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

- Rótulo de Segurança – contém informações de segurança, manuseio e armazenamento do produto.
- 4.2. O Cilindro de Gás P45 deverá estar com o peso correto, ou seja, a resultante da subtração do peso da tara do cilindro P45 do peso do cilindro P45 entregue deverá ser igual a 37 kg, cuja variação de peso poderá ser de +/- 5% (1,25 kg);
- 4.3. O Cilindro de Gás P20 deverá estar com o peso correto, ou seja, a resultante da subtração do peso da tara do cilindro P20 do peso do cilindro P20 entregue deverá ser igual a 20 kg, cuja variação de peso poderá ser de +/- 5% (1 kg);
- 4.4. O Vasilhame não poderá ter mais de 15 anos de fabricação;
- 4.5. A data de fabricação do vasilhame deverá estar estampada no corpo do vasilhame.

5. EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1. A entrega deverá ocorrer em 24 (vinte e quatro) horas, contados do pedido feito pela IMBEL/FJF, devidamente registrado por correio eletrônico (e-mail), de forma parcelada, sob demanda, de acordo com as instruções da mensagem.
- 5.2. Quaisquer diferenças em relação ao disposto não serão aceitas.
- 5.3. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço: Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 7.500 – Bairro Benfica – Juiz de Fora, MG – CEP 36.092-060.
- 5.4. O bem será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.5. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6. Em casos de vasilhames requalificados, a validade destes não poderá ser superior a 10 anos, cujo medalhão ou ferradura indicando o ano da nova validade deverá estar fixado no corpo do vasilhame. As informações contidas neste selo deverá estar legível. Para aqueles vasilhames que possuírem duas plaquetas, será considerada a plaqueta com a data maior.

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”



- 5.7. Caso ocorra o recebimento de Cilindros fora do prazo elegível para requalificação, este será devolvido para o fornecedor, o qual deverá proceder com a substituição do mesmo.
- 5.8. No entanto, caso a IMBEL/FJF identifique posteriormente, durante o uso do GLP, algum vasilhame fora do prazo elegível para requalificação, este deverá ser substituído pelo fornecedor sem ônus ou prejuízos para a CONTRATANTE.
- 5.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Outros motivos para substituição dos itens são casos de sinais externos de avaria de transporte, mau funcionamento do bem ou divergências metrológicas, verificado na inspeção dos mesmos.
- 5.10. Nos casos de substituição do bem, reiniciar-se-ão os prazos e os procedimentos estabelecidos neste item.
- 5.11. No ato da entrega do produto, o fornecedor deverá entregar, obrigatoriamente, NOTA FISCAL e Certificado de Qualidade de cada item, contendo:
- Data de emissão;
 - Descrição do material entregue;
 - Descrição da quantidade entregue;
 - Número da nota fiscal de entrega à IMBEL FJF de modo a garantir a rastreabilidade da informação;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, notificando a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para a sua correção.
- 6.3. Pagar à CONTRATADA os valores devidos, conforme instrumento contratual.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Entregar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades adequadas.
- 7.2. Oferecer garantia dos serviços contratados por um período de, pelo menos, 1 (um) ano após o recebimento definitivo.
- 7.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 7.4. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, nos termos do Artigo 153 e Artigo 154 do Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), podendo responder cumulativamente por perdas e danos à IMBEL.
- 7.5. Entregar à CONTRATANTE os manuais de manutenção e operação, assim como os termos de garantia dos materiais que se fizerem necessários.
- 7.6. Após o período de garantia, a Contratada deverá oferecer o serviço de assistência técnica e reposição de peças, caso seja necessário.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste TR e contrato e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a entrega dos objetos será suspensa pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

- 8.3.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do projeto contratado.
- 8.4.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará a outro para o exercício da atividade.
- 8.5.** A fiscalização do contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, seguindo os ritos definidos no Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, segundo Resolução nº 19/2023-CA-IMBEL, de 18 de setembro de 2023.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.2.** Só haverá o recebimento definitivo e pagamento após a conferência e ateste pelo setor responsável e caso a empresa esteja regular junto ao SICAF.
- 9.3.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
- 9.4.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 9.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 9.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 9.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, a CONTRATADA que:

- 10.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- Atrasar injustificadamente a execução do objeto;
- Frustrar os objetivos da licitação;
- Comportar-se de modo idôneo; e
- Cometer fraude fiscal.

- 10.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a IMBEL pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 10.4. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

- 10.5. Multa moratória de 0,3 % (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;

- 10.6. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 10.7. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- 10.8. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

- 10.9. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 2 (dois) anos. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência; e

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

- 10.10.** Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 10.11.** As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto a multas, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.
- 10.12.** A CONTRATADA também fica sujeita às sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL.
- 10.13.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento legal.
- 10.14.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em favor da União, deduzidos da garantia ou inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente, quando for o caso.
- 10.15.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.16.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o Artigo 419 do Código Civil.
- 10.17.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à IMBEL, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.18.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessário à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”

10.19. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.20. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

11.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste em um bem comum.

11.2. Dessa forma, a Estratégia de Contratação consiste em **Pregão**, conforme consubstanciado na Lei 13.303/16, Art. 32, Inciso IV de 30 de Junho de 2016.

Juiz de Fora, 27 de Abril de 2026.

Gabriel José Morais de Paula
Técnico em Mecatrônica de Gerência de Inovação

“IMBEL – CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE”